



Mariana Macena Pereira das Neves

**Impactos e consequências das crises econômicas no
final do século XX na população brasileira do século
XXI**

Monografia de Final de Curso

Orientador: Roberto Simonard

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri, para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

Rio de Janeiro, Novembro de 2024

Agradecimentos

A todos os meus professores do ensino fundamental e médio. Com ajuda deles, coloquei degrau por degrau na escada que me trouxe até onde estou.

Gostaria de expressar minha gratidão ao meu orientador, professor Roberto Simonard, pelo apoio e dedicação ao longo deste trabalho.

E ao mais importante, a minha mãe Eliete, meu pai Ednaldo e minha irmã Ana Clara que sempre me apoiaram e me deram espaço, educação e bom senso para que eu pudesse decidir o meu caminho sozinha.

Resumo

A proposta desta monografia é analisar os efeitos da desordem econômica desse período, como foco no Plano Collor, como plano de fundo. O confisco das poupanças, sem precedentes em sua magnitude, gerou pânico na população, resultando em uma corrida bancária e falências generalizadas, com muitos ainda buscando reaver seu dinheiro confiscado atualmente.

Além disso, o Plano Collor teve impactos em outras esferas da sociedade, como a intenção de demitir muitos funcionários públicos. Esta monografia buscará demonstrar como o Plano Collor continua a afetar a sociedade brasileira, com consequências como a desconfiança persistente no sistema bancário, aumento da cautela nos investimentos e economias, bem como um descontentamento generalizado que contribuiu para o impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo em 1992, influenciando a percepção pública sobre a classe política brasileira.

Ademais, a análise se estenderá ao contrastar o impacto do negativo do Plano Collor com os resultados positivos do Plano Real, implementado posteriormente em 1994. O Plano Real será enfatizado como um marco na estabilização econômica do país, reduzindo a inflação de forma significativa e restaurando a confiança dos investimentos e da população. Este contraponto entre o Plano Collor e o Plano Real permitirá uma reflexão mais aprofundada sobre as políticas econômicas adotadas e suas implicações na economia e na sociedade brasileira.

Abstract

The purpose of this thesis is to analyze the effects of the economic disorder of that period of time, focusing on the Collor Plan, as a background. The confiscation of savings, unprecedented in its magnitude, generated panic among the population, resulting in a bank run and widespread bankruptcies, with many still seeking to recover their currently confiscated money.

Furthermore, the Collor Plan had impacts on other spheres of society, such as the intention to fire many public employees. This thesis will seek to demonstrate how the Collor Plan continues to affect Brazilian society, with consequences such as persistent distrust in the banking system, increased caution in investments and savings, as well as widespread discontent that contributed to the impeachment of

then president Fernando Collor de Melo in 1992, influencing public perception of the Brazilian political class.

Furthermore, the analysis will be extended by contrasting the negative impact of the Collor Plan with the positive results of the Real Plan, subsequently implemented in 1994. The Real Plan will be emphasized as a milestone in the country's economic stabilization, significantly reducing inflation and restoring the confidence of investments and the population. This counterpoint between the Collor Plan and the Real Plan will allow for a more in-depth reflection on the economic policies adopted and their implications for the Brazilian economy and society.

Palavras-chave

Plano Collor. Confisco de poupanças. Corrida bancária. Falências. Desconfiança no sistema bancário. Investimentos. Economias. Impeachment. Fernando Collor de Melo. Classe política brasileira. Plano Real. Estabilização econômica. Inflação. Confiança dos investimentos. Sociedade brasileira. Políticas econômicas. Impactos econômicos e sociais.

Keywords

Collor plan. savings confiscation. bank run. bankruptcies. distrust in the banking system. investments. savings. impeachment. Fernando Collor de Melo. Brazilian political class. Real plan. economic stabilization. inflation. investment confidence. Brazilian society. economic policies. economic and social impacts.

Epígrafe

”O Brasil não é para principiantes.”

Tom Jobim

?CONTENTSNAME?

1	INTRODUÇÃO	9
1.1		9
2	REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1	Plano Collor	11
2.1.1	Contextualização	11
2.1.2	Objetivos	11
2.1.3	Plano Real	15
2.1.4	Contextualização	15
2.1.5	Objetivos	16
3	CAPÍTULO 1: O PLANO COLLOR E SEUS EFEITOS NAS FINANÇAS PESSOAIS E NO COMPORTAMENTO ECONÔMICO	21
3.0.1	O caçador de Marajás	21
3.0.2	Liberal e modernizador	21
3.0.3	Apoio da mídia e campanha eleitoral inovadora	21
4	CAPÍTULO 2: O CONFISCO DA POUPANÇA - IMPACTOS SOCIAIS E A LONGEVIDADE DAS CONSEQUÊNCIAS	27
4.1	Impacto social do confisco e a repercussão na mídia	31
4.2	O impacto de longo prazo - a desconfiança e a perda de poupança	32
5	CAPÍTULO 3: PLANO REAL E A COMPARAÇÃO COM O PLANO COLLOR	35

5.1	A formação do "Dream Team"	36
5.2	O Plano Real	38
5.3	Primeira fase	39
5.4	Segunda Fase	39
5.5	Terceira fase	40
5.6	Comparações entre o Plano Collor e o Plano Real	42
5.6.1	Plano Collor	42
5.6.2	Plano Real	43
6	CONSEQUÊNCIAS DE LONGO PRAZO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA	45
6.1	Legado econômico e social	45
6.2	Mudanças nas políticas econômicas	46
7	CAPÍTULO 4: O QUE FOI APRENDIDO E REFLEXÕES PARA O FUTURO	49
7.1	O aprendizado	49
7.2	Credibilidade e transparência na condução econômica	49
7.3	O valor da estabilidade econômica	49
7.4	A relação entre economia e política	50
7.5	Transformações no comportamento econômico da população	50
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1 Introdução

No cenário brasileiro, as décadas que sucederam a metade do século XX foram marcadas por uma série de políticas econômicas e eventos que deixaram um legado significativo na sociedade e na economia do Brasil.

Entre esses eventos, destaca-se o Plano Collor, implementado no início de 1990 pelo então presidente Fernando Collor de Mello, como resultado de suas promessas de campanha no ano anterior. O plano era uma tentativa drástica de controlar a inflação e estabilizar a economia nacional.

No entanto, as consequências desse plano foram profundas e duradouras, afetando não apenas a estabilidade econômica, mas também a confiança da população o sistema financeiro e no governo.

Diante desse contexto, este relatório final de monografia propõe-se a realizar uma análise aprofundada dos impactos do Plano Collor na sociedade brasileira, com o objetivo de compreender suas ramificações econômicas, políticas e principalmente sociais.

Através de uma abordagem ampla, que combina pesquisa bibliográfica, análise teórica e investigação empírica, pretende-se explorar os efeitos desse plano econômico em diferentes aspectos da vida dos brasileiros.

Além disso, este projeto buscará estabelecer um contraponto entre o Plano Collor e o Plano Real, implementado em 1994, que se mostrou bem-sucedido em estabilizar a economia brasileira e controlar a inflação.

A comparação entre esses dois planos permitirá uma avaliação crítica das políticas econômicas adotadas e de seus resultados, fornecendo uma outra visão para o entendimento das dinâmicas econômicas e sociais do Brasil contemporâneo.

1.1

Motivação

A metodologia adotada nesta monografia será ampla e diversificada, abrangendo pesquisa bibliográfica e análise teórica. A revisão de literatura permitirá examinar

os fundamentos teóricos dos planos econômicos em estudo, assim como os seus efeitos na sociedade brasileira.

Por meio desse embasamento teórico, busca-se compreender as implicações das políticas econômicas implementadas no período analisado, estabelecendo um contraponto entre o Plano Collor e o Plano Real. A análise será conduzida com base em dados e estudos previamente publicados, visando consolidar uma visão crítica e reflexiva sobre o tema.

2 Revisão de Literatura

Esta revisão de literatura visa examinar as motivações, as principais ações e os impactos econômicos e sociais do Plano Collor, contextualizando-o dentro da trajetória das políticas econômicas brasileiras e das crises que assolaram o país nas décadas de 1980 e 1990, abrindo caminho para ser feito um contraponto com o Plano Real, implementado em 1994, para analisar as diferentes abordagens e resultados das tentativas de estabilização econômica.

2.1 Plano Collor

2.1.1 Contextualização

No início da década de 1990, o Brasil enfrentava uma crise econômica sem precedentes, caracterizada por hiperinflação, desequilíbrios fiscais profundos e um ambiente econômico caótico. A ascensão de Fernando Collor de Mello (PRN) como o primeiro presidente, eleito diretamente pela população em trinta anos, trazia consigo grandes expectativas de um novo começo democrático e uma solução para o problema que mais assolava a população: a inflação.

Collor em sua campanha eleitoral, criticava o Estado grande e as pessoas que, segundo o próprio, viviam do dinheiro público e não trabalhavam, os chamados “marajás”. Além disso, uma de suas promessas seria criar um plano econômico que resolvessem todos os problemas enfrentados pelo Brasil e em um curto prazo.

Até o momento da eleição em 1989, já haviam sido implementados quatro planos econômicos diferentes apenas na década de 80: Plano Cruzado (1986), Plano Cruzado II (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989).

Nenhum desses planos conseguiu atingir totalmente seus objetivos e Collor chegava com a promessa de conseguir o que ninguém tinha até então, controlar a inflação.

2.1.2 Objetivos

Nesse contexto, O Plano Collor, implementado em março de 1990, tinha como estratégia principal controlar a inflação por uma série de medidas drásticas e emergen-

ciais. Dentro dessas estratégias estão: o confisco de ativos financeiros para reduzir a quantidade de dinheiro em circulação na economia, assim combatendo a demanda excessiva; Congelamento de preços e salários para estabilizar os custos de produção e os preços dos bens e serviços; Reforma monetária para mudar a moeda nacional, substituindo o Cruzado pelo Cruzado Novo e assim promover uma mudança psicológica e prática ao sinalizar uma nova fase econômica e maior controle sobre a inflação; Abertura econômica e liberalização para receber o comércio internacional e implementar políticas de liberalização econômica, incentivando a concorrência e reduzindo distorções; Combate ao déficit público para equilibrar as contas do governo e reduzir a necessidade de financiamento através de emissão descontrolada de moeda e reformas estruturais na administração pública visando aumentar a eficiência e reduzir os custos operacionais que contribuíram para pressões inflacionárias.

Anunciado em 16 de março de 1990 pela então ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, tinha o nome oficial de Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor I, durando de 16 de março de 1990 a 30 de janeiro de 1991. O Plano foi implementado por meio da Medida Provisória nº 168 de 15 de março de 1990 ‘Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências.’ Como era uma Medida Provisória, não houve qualquer debate com o Congresso Nacional ou pesquisas feitas para escutar a opinião pública acerca do que esperavam em um novo plano econômico. Foi feito de maneira unilateral e apenas com os interesses do novo governo em mente.

Segundo Simonsen (1991, p. 113) “O Plano Collor assentou-se no tripé: política de rendas-política fiscal-política monetária. O ponto fundamental da política de rendas foi eliminar a indexação salarial pela inflação passada, (...)”

A medida principal de renda associada ao Plano Collor foi o congelamento de salários por 45 dias e prefixação pela inflação estimada. Essa ação temporária visava estabilizar os custos e preços na economia, que durante esse tempo, não seriam permitidos aumentos pelo governo a fim de conter a espiral inflacionária ao controlar os custos de produção e por consequência, os preços dos produtos e serviços para tornar o ambiente econômico mais estável e a inflação reduzir.

Apesar de que para Simonsen (1991, p.114) “O congelamento temporário de preços e a sua posterior prefixação pela inflação é uma parte redundante do Plano, mas que serviu para tornar politicamente vendável a mudança da regra salarial. ” Ou seja, para mais do que uma tentativa de se estabilizar a inflação, essa medida mais atrapalhou os brasileiros em terem seus salários defasados de serem ajustados

do que ajudou a economia.

Dentre as intenções para política fiscal do plano estavam um ajuste fiscal que prometia, segundo Simonsen (1991, p.114) "transformar um déficit operacional projeto de 8% do PIB em um superávit operacional de 2% do PIB."

As medidas implementadas no Plano Collor refletiam uma abordagem focada em impactos imediatos e rápidos, priorizando resultados de curto prazo em detrimento de estratégias cuidadosamente planejadas para o futuro. Mas algumas delas tinham boas intenções como eliminar incentivos fiscais, como os da SUDENE e SUDAM, e a eliminação das ações, fundos e cheques ao portador, dificultando sonegação fiscal.

Em relação as reformas administrativas, se foi prometido a privatização de estatais e demissão em massa de funcionários públicos. Segundo o Sindicato dos Servidos Públicos Federais do Distrito Federal (Sindesp-DF), cerca de 120 mil funcionários foram demitidos entre 1990 e 1992.

Por meio da Medida Provisória nº 160 de 15 de março de 1990, "altera a legislação do Imposto sobre Operações Financeiras, incluindo incidências de caráter transitório sobre os atos que menciona, e dá outras providências." Esses ajustes nas alíquotas e estruturas de imposto iriam aumentar a arrecadação e melhorar a eficiência fiscal do governo. Outros impostos como o Imposto de Renda e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) também foram aumentados.

A parte mais conhecida do pacote de medidas do Plano Collor I acabou sendo o confisco das cadernetas de poupança. Esta medida afetou milhões de brasileiros ao bloquear uma parte das cadernetas que excedessem um limite, como uma tentativa de congelar a liquidez na economia e combater a circulação de moeda. A medida promoveu um sequestro de quase 80% da liquidez de M4 disponível na economia.

A ideia seria que pelo fato de no final do governo Sarney, a inflação acelerou devido ao crescimento nominal de M4, pelo aumento da velocidade-renda, além do medo de calote a dívida interna. Logo, a ideia do Plano seria reduzir a liquidez do overnight, a velocidade-renda iria diminuir, e a confiança das pessoas e empresas iria voltar então voltariam a comprar títulos da dívida pública. O governo precisa de recursos imediatos para enfrentar o déficit fiscal e equilibrar as contas públicas, e o confisco foi uma forma rápida de captar esses recursos.

O confisco se deu sobre todos os valores que estavam depositados em poupança, conta corrente e overnight que tivessem valores acima de 50 mil Cruzados Novos.

Valor esse que a própria ministra anos depois divulgou em sua biografia Zélia, uma paixão, escrita por Fernando Sabino, que o valor de 50 mil Cruzados como piso do confisco foi decidido por meio um sorteio com pedaços de papel, de forma totalmente amadora.

Os valores seriam mantidos pelo governo durante o período de 18 meses, e após isso seriam devolvidos com reajuste de 6% de juros ao ano. A ministra da Fazenda na época possuía dificuldades de comunicação ao transmitir informações sobre o Plano Collor, o que resultava em confusão e mal-entendidos entre a população e os agentes econômicos.

Com isso, a informação de que os valores retidos não iriam ser devolvidos de forma integral não chegou em sua totalidade da população. Na verdade, os valores seriam devolvidos em parcelas durante 12 meses. É estimado que cerca de US\$ 100 bilhões foram congelados.

A medida extrema foi recebida com grande insatisfação e indignação dos brasileiros, que da noite para o dia se viram sem dinheiro algum no banco e falidos, além do abalo psicológico. A medida também impulsionou a procura pelos bancos, para as pessoas sacarem de suas contas o que os restou, fazendo com que alguns bancos ficassem sem dinheiro por conta do volume de pessoas nas agências.

A confiança da população no governo e nas instituições financeiras foi abalada, muitos brasileiros se sentiram traídos pelo governo que tomou uma ação com impactos drásticos sem aviso prévio.

Milhões de pessoas foram afetadas diretamente, perdendo acesso imediato a suas economias. Isso causou dificuldades financeiras, afetando capacidade de pagamento de dívidas, despesas e investimentos.

A desconfiança gerada levou muitos brasileiros a mudarem seus hábitos financeiros, com uma aversão maior a deixar grandes somas de dinheiro nos bancos, buscando formas alternativas para proteger suas economias.

Houve fortes reações negativas contra o governo, com protestos e manifestações. A medida foi bastante criticada pela mídia, pelos economistas e sociedade civil. A medida contribuiu para a erosão da popularidade de Fernando Collor, sendo um dos fatores que levaram à crise política que culminou em seu impeachment em 1992.

Em 31 de janeiro de 1991, foi lançado o Plano Collor II para dar continuidade ao primeiro plano econômico. O plano incluiu a implementação de uma nova tabela de

preços para bens e serviços, com o objetivo de manter o controle inflacionário. Além disso, se ajustou novamente as taxas de juros para controlar a demanda agregada, assim reduzindo o crédito e o consumo.

O plano também introduziu uma nova moeda, o Cruzeiro, no lugar do Cruzeiro Novo para restaurar a confiança na moeda nacional. O overnight, operação financeira muito comum, caracterizado por empréstimos de curtíssimo prazo, de um dia para o outro, foi terminado.

Com o fracasso dos Planos Collor I e II, em meio a críticas, a ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello pediu demissão de seu cargo, sendo substituída por Marcílio Marques Moreira.

O Plano Collor é lembrado principalmente pelas suas medidas de choque, especialmente o confisco das cadernetas de poupança, que teve um impacto profundo e imediato na vida dos brasileiros. Inicialmente o plano conseguiu conter a inflação, mas a estabilização foi de curto prazo, e a inflação voltou a subir.

2.1.3 Plano Real

2.1.4 Contextualização

Após o fracasso do Plano Collor e o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, o Brasil ainda estava enfrentando uma grave crise econômica com hiperinflação que corroía o poder de compra da população. O Plano Collor falhou em combater a inflação e gerou uma recessão e perda da confiança dos brasileiros.

O Brasil também enfrentava pressão de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para implementar políticas econômicas mais eficazes e sustentáveis.

Com o impeachment de Collor, seu vice-presidente Itamar Franco assumiu o executivo interinamente em outubro de 1992, sendo aclamado oficialmente em dezembro do mesmo ano, quando Collor renunciou ao cargo. Itamar nomeou Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, e ele se tornou o principal arquiteto do Plano Real.

2.1.5 Objetivos

Os objetivos do Plano Real eram ambiciosos e multifacetados, visando a estabilização econômica e o estabelecimento de bases sólidas para o crescimento sustentável do Brasil. O principal objetivo do Plano Real era controlar a hiperinflação que vinha corroendo o poder de compra dos brasileiros e desestabilizando a economia.

A introdução do real como a nova moeda brasileira tinha como objetivo estabelecer uma moeda estável e confiável, que pudesse ser usada como um instrumento eficaz para a condução de política monetária e fiscal. O plano visava eliminar a indexação generalizada de preços e salários, que perpetuava a inflação.

A Unidade Real de Valor (URV) foi introduzida como uma medida temporária para facilitar a transição e a desindexação. Outra meta crucial era promover o equilíbrio fiscal, reduzindo o déficit público através de medidas de austeridade e controle rigoroso de gastos governamentais.

O Plano Real implementaria reformas estruturais para modernizar a economia, incluindo a privatização de empresas estatais, a liberalização do comércio, a desregulamentarização de setores econômicos e a promoção de um ambiente favorável aos investimentos. Restaurar a confiança dos investidores, tanto nacionais quanto internacionais, era essencial. O plano buscava criar um ambiente estável e previsível, atraindo investimentos e estimulando o crescimento econômico.

Agora empossado na presidência, Itamar Franco nomeou ao cargo de ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. FHC, como é conhecido, era um renomado sociólogo e intelectual antes de entrar na política. Sua formação acadêmica e reputação internacional o deram credibilidade e respeito tanto dentro quanto fora do Brasil. Isso ajudou a convencer tanto a comunidade econômica quanto os investidores internacionais sobre a viabilidade das reformas e propostas.

FHC reuniu uma equipe de economistas altamente competentes e respeitados para elaborar e implementar o Plano Real. Esta equipe incluía figuras como Gustavo Franco, Pécio Arida, Edmar Bacha, Pedro Malan, Winston Fritsch, André Lara Resende. Todos com sólida formação técnica e experiência. Sua capacidade de atrair e coordenar esses nomes foi crucial para o desenvolvimento e execução das políticas do plano.

Em 1º de Agosto de 1993, o ministro Fernando Henrique promoveu mais uma mudança de moeda no país: do Cruzeiro para o Cruzeiro Real, para efeitos de

ajustes de valores. A partir de 28 de fevereiro de 1994, foi instaurado por meio de Medida Provisória a URV (Unidade Real de Valor). Medida Provisória nº 434 de 27 de fevereiro de 1994 “dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências.”

Uma das inovações do Plano Real foi sua abordagem gradual, que incluía a criação da URV, como moeda virtual para estabilizar preços antes da introdução da nova moeda, o real. Essa estratégia visava a estabilização da economia sem os efeitos adversos e abruptos que marcaram o Plano Collor.

Com uma política fiscal austera e um regime de Metas de Inflação, o Plano Real conseguiu reduzir drasticamente a inflação, restaurar a confiança dos consumidores e investidores, e promover um crescimento econômico sustentável.

O Plano Real foi implementado em três fases. A primeira fase ajustava as contas públicas, cortando despesas do governo por meio da criação do Programa da Ação Imediata, que durou do final de 1993 até fevereiro de 1994. Esse programa focou nos ajustes fiscais, combinando aumento de impostos como forma de controlar as contas e redução nos gastos públicos, reduzindo o desequilíbrio entre arrecadação e gastos, e controlando as contas públicas.

A segunda fase criou a URV (Unidade Real de Valor), moeda virtual atrelada ao dólar, para eliminar a memória inflacionária, sendo uma referência estável de valor e promovendo a desindexação da economia. No início, a URV foi fixada em CR\$ 647,50 o equivalente a um dólar. Quando foi transformada em real, quatro meses depois, a URV valia R\$ 2.700,00.

Diariamente a variação da URV em Cruzeiros Reais era determinada pela média da variação do mês anterior do IGP-M da FGV, do IPCA, e do IPC da FIPE Central e anunciado com um dia de antecedência. A URV podia ser considerada uma quase moeda, pois servia como reserva de valor e unidade de conta, mas não era um meio de pagamento.

Os valores em URV eram convertidos e pagos em Cruzeiro Real. Por ser atrelada à taxa de câmbio, a URV era protegida da inflação. Essa medida possibilitou o alinhamento dos preços sem a necessidade e as inconveniências do congelamento, com o objetivo de restaurar a função de unidade de conta da moeda.

A terceira fase foi a implementação da nova moeda, o Real, em 30 de junho de

1994, convertendo o Cruzeiro Real, CR\$ 2.700,00 em R\$ 1,00.

O objetivo do Plano Real era a estabilização do cenário econômico do país, encerrando a instabilidade dos preços e a inflação. Durante os meses de vigência da URV, a inflação ficou em torno de 3% enquanto a moeda anterior, o Cruzeiro Real, apresentou inflação em torno de 190% no mesmo período.

Um dos efeitos imediatos da implantação do Plano Real foi o visível aumento do poder aquisitivo da população brasileira, que, com a baixa dos preços pode gerir melhor os seus recursos. A longo prazo, o poder aquisitivo dos brasileiros se manteve estável. Houve a geração de empregos, pois com a estabilidade e manutenção das taxas de emprego, foram obtidos investimentos para o parque industrial brasileiro.

A análise dos planos econômicos implementados no Brasil ao longo das décadas de 1980 e 1990, com foco nos Planos Collor e Real, revela um percurso de tentativas e aprendizados na busca pela estabilização econômica do país. No início dos anos 1990, o Brasil enfrentava uma grave crise econômica bastante caracterizada pela hiperinflação, que afetava o poder de compra e gerava instabilidade social.

O Plano Collor, lançado em 1990, representou uma tentativa ousada, mas falha, de combater a inflação por meio de medidas drásticas, como o confisco de depósitos bancários e o congelamento de preços e salários. Embora essas ações tenham buscado uma solução rápida para o problema inflacionário, acabaram resultando em uma recessão econômica e na perda de confiança da população.

Em contraste, o Plano Real, implementado em 1994 sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso, apresentou uma abordagem mais gradual e inovadora. Dividido em três fases, o plano incluiu a criação da Unidade Real de Valor (URV), uma moeda virtual que ajudou a desindexar a economia e estabilizar os preços antes da introdução da nova moeda, o real.

Combinando uma política fiscal austera e um Regime de Metas para Inflação, o Plano Real conseguiu reduzir drasticamente a inflação, restaurar a confiança dos consumidores e investimento e promover um crescimento econômico que conseguia se sustentar a longo prazo. As medidas adotadas se mostraram eficazes não apenas no curto prazo, mas contribuíram para a estabilidade econômica de longo prazo.

A comparação entre os dois planos destaca a importância de estratégias bem planejadas e implementadas para a estabilização econômica. Enquanto o Plano Collor demonstrou os riscos de medidas abruptas e severas, o Plano Real exemplificou

como uma abordagem cuidadosa e faseada pode alcançar resultados positivos e duradouros.

O Plano Real em particular, evidencia a eficácia de políticas econômicas bem estruturadas que combinam ajustes fiscais, controle inflacionário e recuperação da confiança do mercado.

Esses estudos de casos sublinham a complexidade da gestão econômica em contextos de crise e a necessidade de políticas adaptativas e bem fundamentadas para enfrentar desafios inflacionários.

A experiência brasileira com o Plano Real serve como um modelo de referência para outros países em situações semelhantes, demonstrando que a combinação de inovação, prudência e determinação pode levar à recuperação econômica e a estabilidade de longo prazo.

3 Capítulo 1: O Plano Collor e seus efeitos nas finanças pessoais e no comportamento econômico

O Plano Brasil Novo, conhecido popularmente como Plano Collor, surgiu durante o cenário de hiperinflação que assolou o Brasil desde o fim da ditadura militar (1964-1985). O plano foi uma das promessas de campanha de Fernando Collor de Mello, em que prometia redução de gastos do país e economizar o dinheiro público. Três planos econômicos foram propostos para conter a inflação anteriormente, o Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989), todos sem sucesso. Nesse cenário de desolação, Collor se apresentava à sociedade brasileira durante a eleição de 1989 como um candidato jovem, dinâmico e moderno. Sua imagem consistia em três pilares principais:

3.0.1 O caçador de Marajás

Collor ganhou notoriedade nacional ao adotar um discurso incisivo contra privilégios no setor público, especialmente contra os chamados “marajás” – funcionários públicos que recebiam salários exorbitantes em um momento de crise econômica e grande desigualdade social. Ele tinha a promessa de moralizar a administração pública e o fim da corrupção.

3.0.2 Liberal e modernizador

Collor se posicionava como um líder comprometido com o progresso econômico do Brasil. Prometia combater a inflação, abrir o mercado brasileiro para o comércio internacional e promover reformas neoliberais, como privatizar empresas estatais.

3.0.3 Apoio da mídia e campanha eleitoral inovadora

Collor direcionou sua campanha para atrair a classe média urbana, que estava cansada da hiperinflação e dos escândalos políticos. Seus argumentos eram emocionais e uma postura energética para capturar o voto daqueles que procuravam um “salvador” para os problemas econômicos e sociais do país.

O apoio da mídia, em especial da Rede Globo, foi amplamente acusado de favorecer Fernando Collor durante a campanha presidencial, especialmente em sua cobertura jornalística e no uso estratégico de sua influência sobre o eleitorado.

Antes da campanha oficialmente começar, a Globo deu ampla visibilidade a Collor em reportagens sobre sua atuação como governador de Alagoas. Ele era retratado como um político determinado e comprometido com o combate aos privilégios no serviço público, o que o consolidava como “caçador de marajás”.

Durante o segundo turno, a Globo exibiu um resumo do debate final entre Collor e Lula no Jornal Nacional, destacando seus melhores momentos com fortes argumentos, enquanto ressaltava falhas e momentos de hesitação de seu adversário Lula.

Essa edição influenciou milhões de eleitores, uma vez que o debate foi decisivo para eleitores indecisos. A emissora frequentemente dava destaque a temas populistas que Collor defendia, como a luta contra a corrupção e a necessidade de modernização econômica e social.

Eram veiculadas notícias que exploravam os medos da classe média, como a ideia de que Lula promoveria expropriações ou desestabilizaria a economia.

Com esse cenário e a esperança de melhorias para o Brasil, Fernando Collor de Mello foi eleito presidente do país em 17 de dezembro de 1989, após vencer o segundo turno das eleições presidenciais contra Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa foi a primeira eleição direta para presidente desde a Ditadura Militar, e a promulgação da Constituição de 1988. Collor recebeu 53% dos votos válidos, enquanto Lula recebeu 47%. Ele assumiu o cargo em 15 de março de 1990 como o 32º presidente do Brasil.

No momento de sua eleição, em 1989, o acumulado geral da inflação segundo o IPCA foi de aproximadamente 1.972,91% e suas médias mensais são mostradas abaixo:

No dia seguinte a sua posse, em 16 de março de 1990, sob a Medida Provisória nº 168, instituiu-se o Plano Brasil Novo com a implementação do Cruzeiro pela ministra Zélia Cardoso de Mello.

Com o Plano Collor I, a moeda do Brasil passou de Cruzado Novo para Cruzeiro, sem corte de zeros; Criação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); Aumento de preços e salários públicos seriam permitidos apenas com autorização do governo;

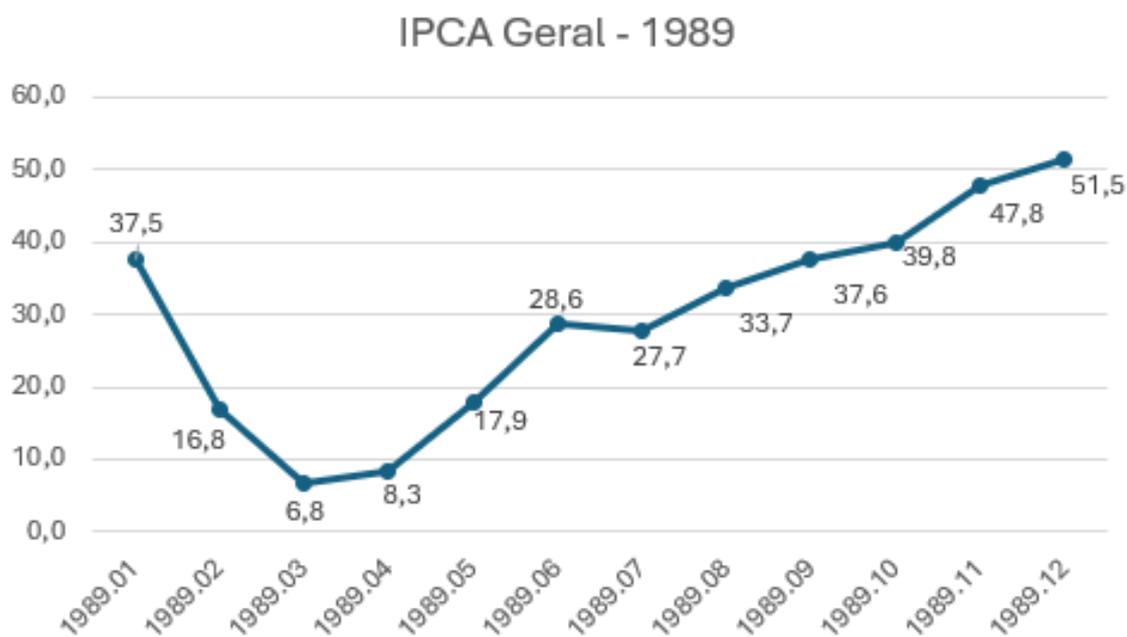


Gráfico 1 – Fonte: IBGE/SINP.

extinção de estatais e demissão de milhares de funcionários públicos e o congelamento de preços e salários por 45 dias.

A medida mais impactante do plano e que deixou marcas na memória da população brasileira até os dias atuais foi o confisco das poupanças.

O período entre o segundo turno das eleições de dezembro de 1989 e o final do primeiro ano de mandato de Fernando Collor foi marcado por um cenário de alta inflação, que pressionava a economia brasileira. Com o lançamento do Plano Brasil Novo em março de 1990, a inflação apresentou uma queda significativa, mas essa redução teve custos sociais elevados.

As medidas drásticas, como o confisco das poupanças e o congelamento de preços e salários, geraram um forte impacto nas finanças pessoais e no tecido econômico do país.

O gráfico a seguir demonstra a trajetória da inflação, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que embora tenha caído com a implementação do plano, refletiu uma diminuição a um preço alto para a sociedade, com a perda de poder aquisitivo e o aumento do desemprego.

O Plano Collor I fez o anúncio de que todos os valores que fossem depositados em overnight, conta-corrente e poupança seriam confiscados pelo governo Collor. O

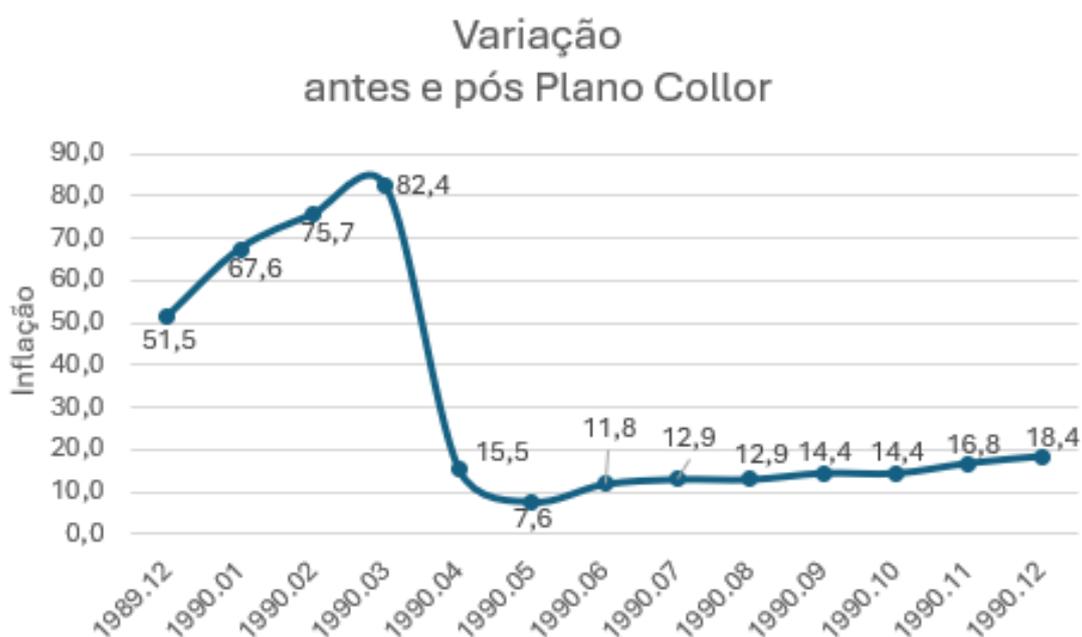


Gráfico 2 – Fonte: IBGE/SINP.

confisco seria feito em contas que ultrapassassem os valores acima de 50 mil cruzados-novos, o que seria o equivalente a cerca de R\$ 6.500,00 a R\$ 8.000,00 atuais, que seriam congelados pelo governo durante o período de 18 meses.

Os recursos confiscados foram transferidos para uma conta custódia do Banco Central, sem ser possível que empresas ou cidadãos comuns acessassem. Esses valores seriam corrigidos mensalmente por índices oficiais, mas a remuneração foi insuficiente para acompanhar a inflação do período, resultando em perdas reais para os titulares. A medida causou uma queda de 4,35% no PIB em 1990, a maior retração da economia brasileira até então.

A restrição de acesso ao capital gerou falências de muitas pequenas e médias empresas, aumento do desemprego e desaceleração drástica no consumo e nos investimentos domésticos.

No mercado financeiro, o impacto foi imediato: o índice Ibovespa registrou quedas históricas de 22,27% e 20,95% nos dias subsequentes ao anúncio do plano, refletindo o pânico generalizado entre investidores.

O economista Gustavo Franco, um dos formuladores do Plano Real, classificou o confisco como “um absurdo jurídico e econômico”. Para ele, a medida não apenas desestabilizou a economia no curto prazo, mas também gerou um trauma que levou anos para ser superado.

Ele destacou ainda que, após o Plano Collor, “As pessoas passaram a ter mais medo dos pacotes anti-inflacionários do que da própria inflação

Embora o Plano Collor tenha introduzido diversas medidas econômicas com o objetivo de combater a hiperinflação, o confisco das poupanças foi, sem dúvida, o impacto mais significativo e traumatizante para a população brasileira.

Esta intervenção, que afetou milhões de cidadãos e desestruturou tanto as finanças pessoais quanto empresariais, gerou repercussões de longo prazo, que foram refletidas nas mudanças no comportamento econômico da sociedade.

O confisco de poupanças será abordado de maneira mais detalhada nos próximos capítulos, a fim de discutir os efeitos imediatos e as consequências duradouras dessa medida, bem como a desconfiança subsequente no sistema bancário e as novas práticas de poupança e investimento adotadas pela população.

4 Capítulo 2: O confisco da poupança - Impactos sociais e a longevidade das consequências

O confisco das poupanças foi a medida mais emblemática do Plano Brasil Novo (Plano Collor), constituiu um dos episódios mais traumáticos na história da economia brasileira. Zélia Cardoso de Mello, na época ministra da Fazenda do governo Collor, explicou o confisco de poupanças como “uma medida necessária” para combater a hiperinflação que dominava o Brasil no início da década de 1990.

Em entrevistas e declarações, ela justificou que a ação foi uma tentativa de estabilizar a economia em um cenário de inflação “galopante” – aumento rápido e contínuo nos preços de bens e serviços de uma economia – que chegava a 80% ao mês, e de restaurar a credibilidade da moeda.

O confisco foi parte do Plano Collor pela Medida Provisória nº 165 de 15 de março de 1990, que visava cortar a circulação de dinheiro e reduzir a liquidez no mercado financeiro, em que trechos podem ser observados a seguir:

Art. 1º A partir da vigência desta medida provisória fica vedado o pagamento ou resgate de qualquer título ou aplicação, bem como dos seus rendimentos ou ganhos, a beneficiário não identificado.

Art. 2º A partir da data da publicação desta medida provisória fica vedada: I - A emissão de quotas ao portador ou nominativas-endossáveis, pelos fundos em condomínio; II - A emissão de títulos e a captação de depósitos ou aplicações ao portador ou nominativos-endossáveis; III - a emissão de cheque de valor superior ao equivalente a cem Bônus do Tesouro Nacional - BTN, no mês da emissão, sem a identificação do beneficiário.

§ 1º O valor referido no inciso III deste artigo poderá ser alterado pelo Banco Central do Brasil.

§ 2º Os cheques emitidos em desacordo com o estabelecido no inciso III deste artigo não serão compensáveis por meio do Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis.

Art. 3º O contribuinte que receber o resgate de quotas de fundos ao portador e de títulos ou aplicação de renda fixa ao portador ou nominativos-endossáveis, existentes na data da publicação desta medida provisória, ficará sujeito à retenção

de imposto de renda na fonte à alíquota de 25%, calculado sobre o valor do resgate recebido.

§ 1º O imposto será retido pela instituição que efetuar o pagamento dos títulos e aplicações e seu recolhimento deverá ser efetuado de conformidade com as normas aplicáveis ao Imposto de renda Retido na Fonte.

§ 2º O valor sobre o qual for calculado o imposto, diminuído deste, será computado como rendimento líquido, para efeito de justificar acréscimo patrimonial na declaração de bens (Lei nº 4.069/62, art. 51) a ser apresentada no exercício financeiro subsequente.

§ 3º A retenção do imposto, prevista neste artigo, não exclui a incidência do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos produzidos pelos respectivos títulos ou aplicações.

§ 4º A retenção do imposto, prevista neste artigo, será dispensada caso o contribuinte entregue, à instituição que efetuar o pagamento dos títulos ou aplicações, declaração, com firma reconhecida, de que o valor resgatado tem origem em rendimentos próprios, declarados na forma da legislação do Imposto de Renda.

§ 5º À declaração de que trata o parágrafo anterior o contribuinte deverá anexar cópia da Carteira de Identidade e do Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC).

§ 6º No caso do § 4º, a instituição que efetuar o pagamento dos títulos ou aplicações deverá enviar à Diretora do Departamento da receita Federal, até o dia 15 de cada mês, comunicação que identifique o contribuinte que recebeu o resgate.

§ 7º A inobservância do disposto no parágrafo anterior sujeitará a instituição à multa de 25% sobre o valor do resgate dos títulos ou aplicações, corrigido monetariamente a partir da data do resgate até a data do seu efetivo recolhimento.

O bloqueio da liquidez no Plano Collor veio por forma da Medida Provisória 168 de 15 de março de 1990, que se tornou depois a Lei nº 8.024 de 12 de abril que estabelecia:

1. O bloqueio da Liquidez das finanças, exceto o Papel Moeda em Poder do Público. Os valores em Cruzados Novos iriam ser bloqueados e recolhidos pelo Banco Central do Brasil durante 18 meses, recebendo juros de 6% ao ano mais correção monetária, adicionados diariamente, e seriam liberados em 12 parcelas mensais a partir do 19º mês.

2. Os ativos seriam convertidos ao par, de Cruzados Novos para Cruzeiros, após a cobrança de 8% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) nos ativos não monetários e na venda ou transmissão de ações e ouro, isentos os Depósitos à Vista e os títulos e depósitos do ativo das instituições financeiras.

3. A conversão em Cruzeiros deveria ser feita no momento da liberação dos valores retidos, com regras diferentes: a. Papel Moeda, conversão imediata, sem bloqueio. b. Os Depósitos à Vista e Cadernetas de Poupança, liberação imediata de até Cr\$ 50 mil – pela taxa de conversão oficial em 13 de março de 1990 eram U\$1.300,00). c. Aplicações Overnight e contas remuneradas, liberação imediata de Cr\$ 25.000,00 ou de 20% do total, valendo o maior. d. Fundos e depósitos a prazo, 20% do total.

Foi descoberto, meses depois, que as regras de conversão não foram baseadas em evidências teóricas ou embasamento científico. A ministra Zélia contou em sua biografia, escrita por Fernando Sabino, Zélia, uma paixão, que o valor de 50 mil Cruzados Novos foi resultado de um sorteio feito com pedaços de papel.

Além disso, o livro trouxe mais duas revelações: A poupança foi incluída no bloqueio de última hora, a princípio, a medida apenas iria impactar as aplicações do Overnight. O valor do confisco apenas foi decidido no dia anterior ao anúncio da Medida Provisória, durante uma festa no resort Academia de Tênis, em Brasília.

“Sempre que tem um problema, Zélia gosta de dar uma trégua para se distrair, deixando o subconsciente trabalhar. Escreveu num papel os números 20, 50 e 70 e voltou à festa”, disse Sabino. “Ao regressar, havia optado pelos 50 mil.”

A decisão sobre as regras de conversão dos saldos das poupanças durante o Plano Collor foi tomada de forma totalmente improvisada, sem qualquer embasamento técnico ou planejamento adequado.

O valor de 50 mil Cruzados Novos, que impactou e destruiu a saúde financeira de diversas famílias pelo país foi definida de forma aleatória, em uma escolha que demonstra a falta de critérios objetivos na formulação da medida.

Essa ausência de rigor na definição das regras reflete a instabilidade e a improvisação que marcaram a política econômica daquele período. A decisão, tomada as vésperas do dia 15 de março, com a inclusão – também arbitrária da poupança no bloqueio – algo que inicialmente não estava previsto e que acabou gerando um caos financeiro para a população.

A medida não só afetou a confiança da população, mas também expos a fragilidade de um governo que, diante de uma crise fiscal, tomou decisões sem a devida consideração ao impacto social.

Ao congelar economias de milhões de brasileiros sem justificativas claras, o governo não apenas desestruturou a vida financeira das famílias, mas também agravou a insegurança e a desconfiança que se espalharam por todo o país.

Esse episódio demonstra como políticas econômicas tomadas de forma precipitada e sem reflexão adequada podem ter consequências devastadoras, que vão além de números, afetando profundamente o comportamento da sociedade.

O confisco foi uma tentativa de diminuir a base monetária, o que segundo a Teoria Monetarista, poderia reduzir a demanda agregada e, conseqüentemente, aliviar a pressão sobre os preços. A redução da oferta de moeda buscava diminuir a disponibilidade de crédito e os recursos circulando no mercado, desestimulando o consumo e o investimento de curto prazo, fatores diretamente ligados da inflação.

A medida pretendia controlar a expectativa inflacionária. Durante a hiperinflação, os agentes econômicos – empresas e consumidores – ajustavam seus preços e salários à expectativa de novas altas de preços, o que gerava um ciclo vicioso. O governo acreditava que ao confiscar as poupanças e reduzir a base monetária, poderia quebrar esse ciclo de expectativas, estabilizando a economia.

Em teoria, ao se retirar grandes volumes de papel moeda de circulação, o governo esperava reduzir a demanda, e com isso, diminuir a pressão inflacionária.

Além disso, o confisco também foi uma forma de tentar estabilizar o sistema financeiro, que estava à beira de um colapso. A fuga de capitais e a alta taxa de juros estavam gerando instabilidade no setor bancário.

Com a ação de confiscar, ao restringir a liquidez e conter a saída de capitais, buscava evitar um colapso financeiro imediato e restaurar a confiança no sistema bancário. Como destacou Bresser- Pereira (2001), a medida foi uma tentativa de “interromper o ciclo inflacionário e restabelecer a confiança na moeda”, mas com custos sociais e econômicos imensos. Franco (1991) observou que o governo tentou enviar uma mensagem clara sobre seu compromisso com a estabilização econômica, utilizando a medida extrema como uma sinalização de que o governo estava disposto a adotar políticas rigorosas para combater a inflação.

No entanto, as conseqüências foram catastróficas em termos de confiança da

população. Batista Jr. (2006) afirma que o impacto psicológico do confisco foi profundo, criando uma desconfiança duradoura no sistema bancário, que afetou o comportamento econômico dos brasileiros por anos.

Portanto, embora o confisco das poupanças tenha sido uma tentativa de controle monetário com base nas teorias econômicas da época, o impacto imediato foi a destruição da confiança no sistema financeiro e uma crise de credibilidade no governo, cujos efeitos perduraram por décadas.

4.1 Impacto social do confisco e a repercussão na mídia

O confisco das poupanças gerou um impacto social profundo. Para milhões de brasileiros, a poupança era a principal forma de poupar dinheiro e planejar o futuro, especialmente em um contexto de inflação alta, onde outras formas de investimento eram escassas ou arriscadas. As pessoas perderam acesso imediato a uma parte significativa de seus recursos, o que afetou diretamente sua capacidade de consumo e de investimento.

A perda do poder aquisitivo não foi apenas uma questão de frustração pessoal, ela representou um choque de confiança no sistema bancário. Muitos cidadãos passaram a ver os bancos como instituições instáveis e não confiáveis, o que resultou em uma queda drástica na poupança privada e uma aversão crescente a qualquer tipo de investimento financeiro. O sistema bancário, por sua vez, sofreu retração, o que se refletiu na diminuição do crédito e da confiança no mercado financeiro.

A mídia desempenhou um papel fundamental na formação da opinião pública sobre o confisco. Durante e após o anúncio da medida, jornalistas e comentaristas transmitiram um cenário de confusão e incerteza, acentuando o clima de desconfiança generalizada. A cobertura de telejornais e reportagens abordaram, de forma extensiva, as dificuldades enfrentadas por famílias que viram suas economias serem congeladas, o que gerou uma onda de indignação e protestos.

O plano, que inicialmente tinha como objetivo estabilizar a economia, foi visto por muito como uma violação do direito à propriedade.

4.2 O impacto de longo prazo - a desconfiança e a perda de poupança

Passados mais de 30 anos, muitos brasileiros ainda lidam com as consequências do confisco das poupanças. Em 2024, um número significativo de pessoas não recebeu o valor total que havia sido retirado de suas contas.

INVESTIMENTOS

Collor pede desculpas pelo confisco da caderneta de poupança

O mea culpa foi feito na manhã desta segunda-feira no Twitter

E-INVESTIDOR
eiinvestidor@estadao.com

18/05/2020, 13:31 (atualizada: 01/06/2020, 16:27)



Imagem 3 – Fonte: EiInvestidor, Estadão.

A indenização oferecida pelo governo foi diluída pela inflação, e muitos não puderam recuperar o valor real de suas economias. A falta de acesso a esses recursos e a demora no pagamento das compensações resultaram em uma perda permanente para muitas famílias, afetando sua capacidade de planejamento financeiro por décadas.

Além disso, a medida gerou um efeito psicológico duradouro, que ainda se reflete na avidez por segurança financeira das gerações mais velhas e na desconfiança generalizada em relação ao sistema bancário. A transição do Brasil para um sistema financeiro mais aberto e moderno foi difícil, já que muitos cidadãos passaram a evitar poupanças bancárias em favor de outras formas de proteção contra a inflação, como o mercado imobiliário e até o dólar.

Documentário 'Confisco' revive trauma nacional com perda da poupança no Plano Collor

Filme revela amorosismo e sequelas das medidas e como é necessário garantir aos poupadores a reparação por suas perdas



Alexandre Berthe

Advogado

O documentário "Confisco", que conta a história do [bloqueio de contas bancárias e da poupança no segundo dia do governo Fernando Collor de Mello](#), consegue o que parecia improvável a esta altura do tempo: reviver sentimentos latentes em milhares de brasileiros que foram atingidos pelo desastroso pacote.

Imagem 4 – Fonte: Folha de S. Paulo

5 Capítulo 3: Plano Real e a comparação com o Plano Collor

No fim, o Plano Collor falhou. Falhou em duas premissas, e o impacto social foi devastador. O confisco das poupanças, que afetou milhões de brasileiros, causou um profundo mal-estar entre a população. Sem aviso prévio e com uma comunicação confusa, a medida gerou uma sensação de perda de confiança nas instituições financeiras e no próprio governo.

O bloqueio de recursos financeiros levou a dificuldades econômicas imediatas as famílias, com uma grande parte da população se vendo sem acesso ao seu dinheiro.

A medida, além de mal-recebida, não foi eficaz a longo prazo. A inflação voltou a subir, e a economia não se estabilizou como esperado. O governo não conseguiu controlar o aumento dos preços e, ao contrário do que havia prometido, o Brasil continuava imerso em uma crise econômica com altas taxas de inflação e um quadro fiscal instável.

Em menos de dois meses do anúncio do novo plano, por conta de crescente pressão interna dentro do governo e críticas públicas, a Ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello deixa o cargo em 10 de maio de 1991.

Marcílio Marques Moreira assumiu a pasta da Fazenda, com o desafio de estabilizar as contas públicas e dar continuidade às políticas econômicas que, eventualmente pavimentariam o caminho para a implementação do Plano Real.

Em 1992, o Presidente Fernando Collor se envolveu em casos de corrupção, amplamente divulgados pela mídia, que levaram a protestos populares e uma forte pressão política pela renúncia de Collor. Em 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados aprovou o processo de impeachment, e, em 29 de dezembro, Collor renunciou à presidência antes que o Senado tomasse a decisão final sobre o impeachment.

Com a renúncia, Itamar Franco, seu vice-presidente, assumiu a presidência, encerrando o governo Collor. Ao assumir, encontrou um Brasil em profunda crise econômica e política, e seu governo teve que lidar com os efeitos do fracasso do Plano Collor e a necessidade de estabilizar a economia.

Para isso, ele nomeou Fernando Henrique Cardoso como Ministro da Fazenda,

iniciando o caminho para a formulação do Plano Real em 1994, uma estratégia econômica que buscava resolver a crise inflacionária de maneira mais sólida e eficaz.

5.1 A formação do "Dream Team"

A escolha de Fernando Henrique Cardoso para o cargo de Ministro da Fazenda foi um ponto de inflexão crucial para economia brasileira.

FHC, renomado sociólogo e economista, já possuía uma carreira consolidada tanto na academia quanto na política, e sua experiência no governo Sarney, como Ministro do Planejamento e como um dos formuladores da política de estabilização que não obteve êxito, já o havia projetado como uma liderança natural para enfrentar a crise inflacionária.

Ao ser nomeado Ministro da Fazenda em 1993, Fernando Henrique buscou rodear-se de economistas com uma visão técnica e moderna da economia, bem como com um compromisso com a estabilidade a longo prazo, distante das soluções emergenciais e de curto prazo que marcaram os planos anteriores, como Plano Collor.

Uma das primeiras ações de FHC foi convidar economistas de renome internacional, como Pêrsio Arida, Gustavo Franco, Edmar Bacha e José Roberto Mendonça de Barros, Pedro Mala, Winston Fritsch e André Lara Resende, para compor sua equipe técnica.

Cada um desses economistas tinha uma experiência única, adquirida em instituições financeiras e acadêmicas, tanto no Brasil quanto no exterior, e compartilhava a visão de Fernando Henrique sobre a necessidade de uma reforma monetária profunda e uma estabilização econômica sustentada.

Pêrsio Arida, por exemplo, era reconhecido por seu trabalho no Banco Mundial e na implementação de políticas monetárias, e Gustavo Franco, além de ser especialista em mercados financeiros, tinha experiência na implementação de planos econômicos.

Esses economistas tinham como base teórica a Teoria Monetarista - Teoria Quantitativa da Moeda - , que defendia que a inflação era uma consequência do excesso de moeda em circulação.

A fórmula da Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) é:

$$M \cdot V = P \cdot Y$$

Onde:

- M : Quantidade de moeda em circulação;
- V : Velocidade de circulação da moeda;
- P : Nível geral de preços;
- Y : Produto real (PIB Real).

Nesse contexto, a equipe de FHC acreditava que a solução para o problema da inflação não seria uma simples correção monetária, mas sim uma mudança estrutural que envolvesse não apenas a criação de uma nova moeda, que viria a ser o Real, mas também a implementação de uma política monetária rigorosa e a introdução de mecanismos fiscais para combater a hiperinflação de forma definitiva.

Além disso, o grupo de economistas era bem conectado com o cenário internacional, o que foi crucial para obter o apoio de organismos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que estavam pressionando o Brasil por reformas econômicas.

A competência técnica da equipe, combinada com a liderança política de FHC, foi essencial para a formulação de um plano que se mostraria mais estruturado e eficaz em relação aos planos anteriores, que falharam por não terem uma base sólida e por serem percebidos como medidas improvisadas.

Para entender a gravidade da crise inflacionária enfrentada pelo Brasil após o impeachment de Fernando Collor e a necessidade urgente de um novo plano econômico, é essencial analisar os dados da inflação durante esse período. Entre 1992, quando Collor foi afastado, e 1993, ano em que a equipe técnica responsável pelo Plano Real foi formada, o Brasil experimentou uma inflação descontrolada, com taxas que chegaram a 2.000%.

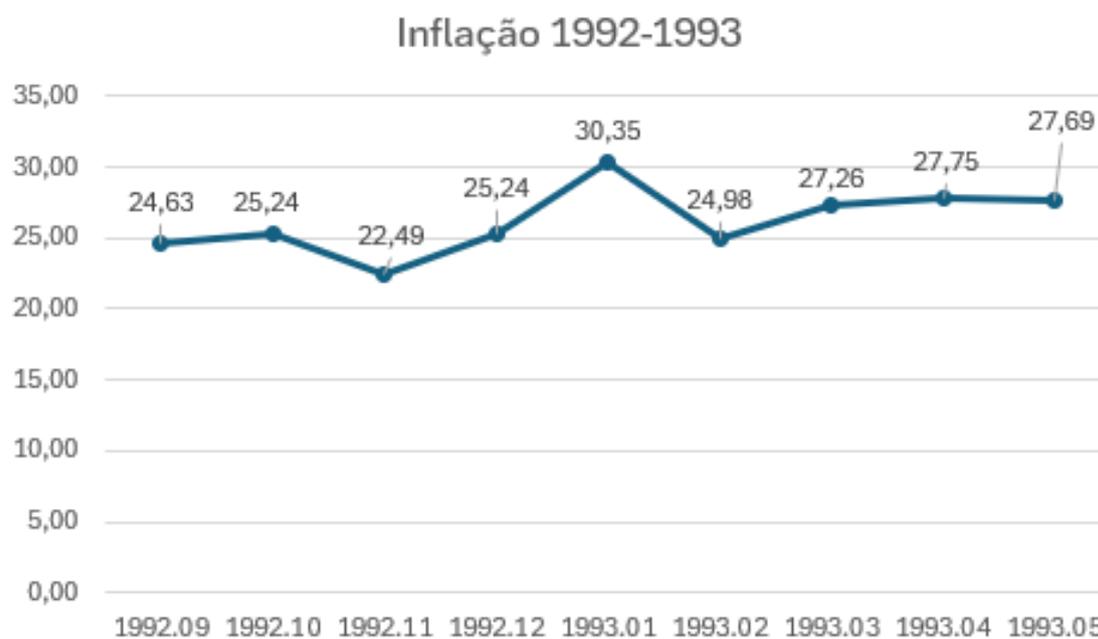


Gráfico 5 – Fonte: IBGE/SINP.

5.2 O Plano Real

Antes de prosseguir com a elaboração do plano, era necessário formar as bases em que ele se sustentaria. Edmar Bacha diz no livro *A Arte da Política Econômica* (2023), a equipe precisava de estabilidade. O governo Collor foi cortado ao meio, Itamar Franco tinha apenas mais dois anos de mandato e “o ideal para um plano de estabilização seria um governo com pelo menos quatro anos a frente.”

Quando Fernando Henrique entrou no governo, a equipe ainda não era grande. Edmar Bacha era assessor do ministro, Winston Fritsch como secretário de Política Econômica e Gustavo Franco era subsecretário de Política Econômica.

Com o pouco tempo que tinham, o ideal não era fazer um plano de estabilização. Fernando Henrique reconheceu que um dos principais obstáculos para o controle da inflação era o desequilíbrio fiscal do país. O déficit fiscal persistente e a impressão descontrolada de moeda para cobrir o déficit alimentavam a inflação.

A equipe teve então auxílio de José Serra para fazer o Programa de Ação Imediata (PAI), um ajuste das contas públicas. O programa visava ajustar as contas com o aumento da carga tributária e a contenção de despesas públicas, preparando a economia para as mudanças mais profundas que estavam por vir.

5.3 Primeira fase

A ideia seria implementar o PAI, e depois, pós eleições e com um novo presidente por quatro anos, fazer o resto. Esse período de ajuste fiscal foi fundamental, como destaca o economista José Júlio Senna, da USP, que afirmou que “restaurar a credibilidade fiscal foi uma das primeiras tarefas do governo antes de avançar para a estabilização da economia.”

A medida visava não apenas aumentar a arrecadação, mas também passar a mensagem de que o governo estava disposto a cortar gastos e garantir que o país fosse capaz de cumprir suas obrigações externas. As dívidas de estados e municípios foram reestruturadas, renegociaram a dívida externa, impostos foram aumentados e foi criada a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Mas a inflação, naquele momento, continuava a subir, o governo Itamar estava acabando e as pesquisas mostravam que não ganhariam a eleição, e sim o PT de Lula. Para a tranquilidade da equipe, o próprio Fernando Henrique Cardoso acabou sendo eleito o próximo Presidente do Brasil e a estabilidade da equipe estava garantida pelos próximos oito anos.

5.4 Segunda Fase

A segunda fase do Plano Real, em fevereiro de 1994, introduziu a Unidade Real de Valor (URV), uma moeda virtual com um valor atrelado ao dólar, mas sem curso legal. A URV não era uma moeda física, mas uma referência que servia para desindexar a economia brasileira da inflação que ainda prevalecia.

O seu principal objetivo foi a transição para uma nova moeda, o Real, ao permitir que preços e salários fossem ajustados de acordo com essa unidade de valor estável, sem as pressões inflacionárias que vinham de décadas de instabilidade.

Houve um cuidado da parte da equipe econômica para que a URV fosse colocada como parte do sistema monetário, quase uma moeda dentro da Medida Provisória. “Os advogados nos alertaram que só poderíamos reduzir os salários se fosse em moeda nova. Para fazer de forma de forma constitucional, para converter os salários pela média, alguns para baixo de onde estavam, a operação teria que ser feita em uma nova moeda.” Disse Bacha.

A URV foi crucial para quebrar o ciclo de indexação de preços e salários, uma prática comum no Brasil, onde os valores eram ajustados automaticamente com base na inflação do período anterior. O economista Edmar Bacha, ex-presidente do Banco Central, descreveu a URV como “um passo decisivo para eliminar a indexação e quebrar a dinâmica inflacionária que vinha atormentando o país.” Sua introdução permitiu que a população começasse a ter um referencial estável de valor, o que foi essencial para restaurar a confiança na economia.

5.5 Terceira fase

O grande momento do Plano Real veio em julho de 1994, com a introdução da moeda física do Real. O Real foi lançado com uma paridade de 1:1 em relação à URV, e sua criação representou um marco importante na história econômica do país. A moeda foi ancorada ao dólar, o que proporcionou uma âncora cambial para evitar depreciações abruptas e para garantir a confiança da população em relação à nova moeda.

A estabilização monetária foi acompanhada de uma série de medidas de política monetária, incluindo taxas de juros elevadas, com o objetivo de controlar a inflação até que o mercado se ajustasse a nova realidade. Além disso, foram definidas metas de inflação pelo Banco Central, estabelecendo um compromisso claro com a estabilidade de preços, o que foi fundamental para ancorar as expectativas inflacionárias e criar um ambiente favorável para o crescimento econômico.

Ricardo Abramovay, professor da USP, destacou que “o sucesso do Plano Real não se deu apenas pela criação de uma moeda estável, mas também pela capacidade de restaurar a confiança da população e dos mercados financeiros na moeda brasileira, após décadas de desvalorização e perda de poder de compra.”

De fato, a credibilidade foi um dos pilares fundamentais do sucesso do Plano Real, e a âncora cambial proporcionada pela paridade do Real ao dólar ajudou a consolidar essa confiança. O Plano Real também foi um catalisador para uma série de reformas econômicas estruturais no Brasil.

Durante e após sua implementação, o governo iniciou um amplo processo de privatizações, desestatizando empresas estatais, principalmente no setor de telecomunicações, energia e transporte.

Essas privatizações tinham como objetivo reduzir o papel do Estado na economia

e estimular a competitividade por meio da iniciativa privada. As reformas também passaram pela abertura comercial e pela liberalização de mercados, o que incentivou a entrada de capital estrangeiro e a modernização da infraestrutura brasileira.

A privatização da Telebrás, por exemplo, foi um passo importante para a modernização das telecomunicações no país, que passaria a ser mais eficiente e competitiva após a entrada de empresas privadas no setor. Essas mudanças estruturais foram decisivas para estabelecer um ambiente mais favorável ao crescimento econômico sustentável, criando um clima de negócios mais previsível e reduzindo os riscos associados à intervenção estatal direta na economia.

Os resultados do Plano Real foram amplamente positivos. Ao longo de 1994 e nos anos seguintes, o Brasil conseguiu reduzir drasticamente a inflação, de mais de 2.000% ao ano em 1993 para menos de 10% ao ano em 1995. Esse controle da inflação permitiu uma recuperação do poder de compra da população e um aumento da confiança no sistema financeiro.

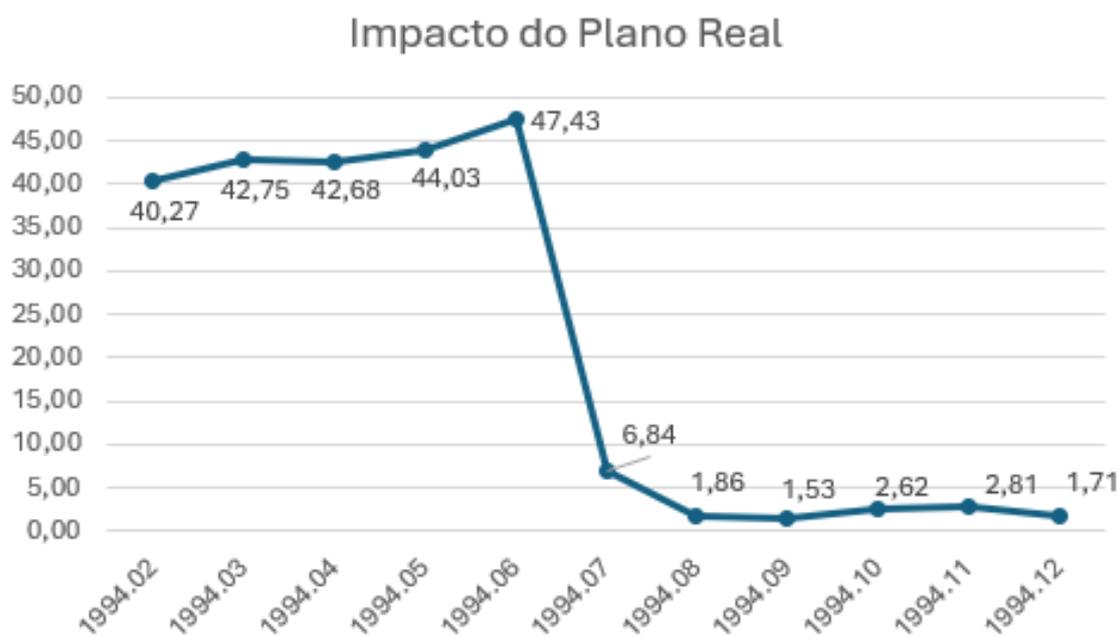


Gráfico 6 – Fonte: IBGE/SINP.

A estabilização da moeda também foi acompanhada por um crescimento econômico robusto nos anos seguintes, com a economia brasileira crescendo a uma taxa média de 4% ao ano durante a década de 1990.

Embora o país ainda enfrentasse desafios estruturais e desigualdades regionais, o sucesso do Plano Real foi essencial para a construção de um novo paradigma

econômico no Brasil, caracterizado por estabilidade, crescimento e maior integração com a economia global.

5.6 Comparações entre o Plano Collor e o Plano Real

5.6.1 Plano Collor

O Plano Collor, implementado em março de 1990, tinha como estratégia principal controlar a inflação por uma série de medidas drásticas e emergenciais.

Dentro dessas estratégias estão: o confisco de ativos financeiros para reduzir a quantidade de dinheiro em circulação na economia, ação baseada na Teoria Quantitativa da Moeda (TQM), que explicita a ligação direta entre a quantidade de moeda em circulação (M) e a inflação (P).

Logo era fundamental reduzir M para se conseguir reduzir P, através da consequente redução da demanda excessiva; Congelamento de preços e salários para estabilizar os custos de produção e os preços dos bens e serviços; Reforma monetária para mudar a moeda nacional, substituindo o Cruzado pelo Cruzado Novo e assim promover uma mudança psicológica e prática ao sinalizar uma nova fase econômica e maior controle sobre a inflação; Abertura econômica e liberalização para receber o comércio internacional e implementar políticas de liberalização econômica, incentivando a concorrência e reduzindo distorções, em busca do objetivo maior que reduzir a inflação com o aumento da eficiência produtiva e da maior integração com as produções internacionais; Combate ao déficit público para equilibrar as contas do governo e reduzir a necessidade de financiamento através de emissão descontrolada de moeda e reformas estruturais na administração pública visando aumentar a eficiência e reduzir os custos operacionais que contribuíram para pressões inflacionárias.

Anunciado em 16 de março de 1990 pela então ministra da Fazenda Zélia Cardoso de Mello, tinha o nome oficial de Plano Brasil Novo, mais conhecido como Plano Collor I, durando de 16 de março de 1990 a 30 de janeiro de 1991. O Plano foi implementado por meio da Medida Provisória nº 168 de 15 de março de 1990 ‘Institui o cruzeiro, dispõe sobre a liquidez dos ativos financeiros e dá outras providências.’

Como era uma Medida Provisória, não houve qualquer debate com o Congresso Nacional ou pesquisas feitas para escutar a opinião pública acerca do que esperavam

em um novo plano econômico. Foi feito de maneira unilateral e apenas com os interesses do novo governo em mente.

A medida principal de renda associada ao Plano Collor foi o congelamento de salários por 45 dias e prefixação pela inflação estimada. Essa ação temporária visava estabilizar os custos e preços na economia, que durante esse tempo, não seriam permitidos aumentos pelo governo a fim de conter a espiral inflacionária ao controlar os custos de produção e por consequência, os preços dos produtos e serviços para tornar o ambiente econômico mais estável e a inflação reduzir.

5.6.2 Plano Real

Após o fracasso do Plano Collor e o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, o Brasil ainda estava enfrentando uma grave crise econômica com hiperinflação que corroía o poder de compra da população.

O Plano Collor falhou em combater a inflação e gerou uma recessão e perda da confiança dos brasileiros. O Brasil também enfrentava pressão de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, para implementar políticas econômicas mais eficazes e sustentáveis.

Com o impeachment de Collor, seu vice-presidente Itamar Franco assumiu o executivo interinamente em outubro de 1992, sendo aclamado oficialmente em dezembro do mesmo ano, quando Collor renunciou ao cargo. Itamar nomeou Fernando Henrique Cardoso como ministro da Fazenda, e ele se tornou o principal arquiteto do Plano Real.

A experiência com os planos que antecederam ao Real foi usada como lição para os seus formuladores. A maior parte das críticas tinham relação com a concepção adotada anteriormente de que era necessário se surpreender os agentes econômicos, para que as expectativas destes não interferissem ou até mesmo impedissem o alcance dos objetivos pretendidos.

Logo, as primeiras premissas foram a antecipação e a transparência com relação às medidas a serem adotadas. Outras críticas recorrentes diziam respeito ao relativo desdém com as expectativas dos agentes econômicos.

Ou seja, os formuladores dos planos anteriores estabeleciam medidas sem levar em consideração os seus efeitos nas expectativas dos agentes econômicos e consequentemente nas ações delas advindas.

Logo, foram adoradas as premissas de que contratos seriam respeitados e surpresas não seriam perpetradas. As últimas premissas a serem descritas dizem respeito à tentativa de se obter dos agentes econômicos uma aderência natural ao Plano Real, sem nada forçado por Leis, Decretos ou qualquer outro diploma legal e sem intervenções bruscas.

Ao comparar os dois planos, é possível perceber que, enquanto o Plano Collor adotou uma abordagem emergencial e abrupta, o Plano Real foi fundamentado em uma estratégia mais estruturada e previsível.

O fracasso do Plano Collor, com seu confisco de ativos e políticas de surpresa, deixou uma população desconfiada e uma economia fragilizada. Em contraste, o Plano Real foi bem-sucedido ao introduzir um novo modelo de estabilidade econômica, com a criação de uma moeda forte e a implementação de reformas fiscais e monetárias de forma transparente e gradual.

Embora ambos os planos tivessem o objetivo de combater a inflação, a maior aceitação e o sucesso do Plano Real evidenciam a importância de uma abordagem sustentável e respeitosa com as expectativas dos agentes econômicos.

O Plano Real não apenas estabilizou a economia, mas também restaurou a confiança da população, sendo um marco na história econômica do Brasil.

6 Consequências de longo prazo para a sociedade brasileira

As crises econômicas que marcaram o Brasil no final do século XX deixaram impactos profundos, afetando o comportamento financeiro da população, a formulação de políticas econômicas e a estabilidade do sistema financeiro. Este capítulo explora dois aspectos principais: o legado econômico e social dessas crises e as mudanças estruturais nas políticas econômicas, culminando em avanços como o PIX.

6.1 Legado econômico e social

Legado Econômico e Social

As crises econômicas, particularmente o Plano Collor e a hiperinflação, alteraram profundamente o comportamento financeiro dos brasileiros.

O confisco de poupanças em 1990, que envolveu o bloqueio de mais de US\$ 100 bilhões em ativos (cerca de 80% da base monetária da época), representou um golpe severo na confiança no sistema bancário. Segundo estudo de Carvalho e Garcia (2008), "o confisco gerou uma desestruturação financeira sem precedentes, levando muitas famílias à falência e reduzindo o poder de consumo da classe média".

Esses eventos criaram uma mentalidade financeira marcada pela prudência. A população passou a adotar práticas mais conservadoras, priorizando investimentos de baixo risco, como imóveis e títulos do Tesouro Nacional.

Além disso, a cultura de formação de reservas emergenciais tornou-se mais difundida. Pesquisas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE/FGV) indicam que, após o Plano Collor, cerca de 65% das famílias passaram a preferir aplicações financeiras com maior liquidez e segurança.

No campo do consumo, houve uma reconfiguração. Segundo Peláez e Suzigan (2018), "o medo de novas crises levou a um padrão de consumo mais racional, com foco na poupança e redução do endividamento".

Essas mudanças comportamentais também refletiram no mercado financeiro, que passou por uma reestruturação significativa, ampliando a transparência e diversifi-

cando os instrumentos de investimento.

Essas mudanças comportamentais também trouxeram implicações significativas para a dinâmica econômica do país. A preferência por investimentos seguros e de longo prazo impulsionou o desenvolvimento do mercado de títulos públicos, reforçando o papel do Tesouro Direto, que registrou um crescimento médio anual de 25% entre 2005 e 2020, conforme dados do Banco Central.

A disseminação da poupança como prática regular foi outro reflexo importante: segundo o IBGE, o número de brasileiros que mantem reservas financeiras cresceu 45% entre 1995 e 2015, refletindo uma maior conscientização sobre a importância de uma gestão financeira prudente.

No âmbito das famílias, a adoção de práticas financeiras mais conservadoras ajudou a reduzir a exposição ao endividamento excessivo. De acordo com pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), após as crises dos anos 1990, o endividamento médio das famílias brasileiras caiu 12% na década seguinte.

Esse comportamento favoreceu a estabilidade doméstica, criando um ambiente menos vulnerável às oscilações econômicas. A racionalização do consumo também teve impacto na economia produtiva. Com consumidores mais cautelosos, empresas foram pressionadas a se ajustarem a um mercado que demandava produtos e serviços de melhor qualidade e com maior custo-benefício.

Segundo Peláez e Suzigan (2018), “a adaptação ao novo perfil de consumo foi um divisor de águas para a modernização de diversos setores, especialmente no varejo e na indústria de bens duráveis”.

6.2 Mudanças nas políticas econômicas

As crises econômicas do final do século XX impulsionaram a modernização das políticas econômicas no Brasil, principalmente em relação ao controle da inflação e à estabilidade financeira. A experiência com a hiperinflação, que atingiu o pico de 2.477% ao ano em 1993, foi um marco que evidenciou a necessidade de mudanças estruturais.

Uma das principais respostas foi a adoção do regime de metas de inflação em 1999, um modelo que trouxe maior previsibilidade e credibilidade à política monetária. Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, destacou que esse regime “trouxe

credibilidade e previsibilidade, elementos essenciais para estabilizar a economia brasileira.”

O papel do Banco Central foi reforçado, com maior autonomia para implementar ações técnicas e independentes. Paralelamente, a política cambial evoluiu. Durante o Plano Real, utilizou-se inicialmente, um câmbio fixo, mas crises internacionais como a Asiática (1997) e a Russa (1998) demonstraram a necessidade de maior flexibilidade, levando à adoção do câmbio flutuante em 1999.

As crises também aceleraram a modernização do sistema financeiro. O Proer, criado na década de 1990, foi essencial para reestruturar bancos em dificuldades e proteger depósitos, restaurando a confiança no setor.

Esses avanços eventualmente culminaram em inovações como o PIX, lançado pelo Banco Central em 2020. Embora mais recente, o PIX reflete o amadurecimento do sistema financeiro, oferecendo transações instantâneas e acessíveis a toda a população. Outro ponto relevante foi a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000), que estabeleceu limites para os gastos públicos e promoveu maior transparência na gestão fiscal. Essa medida foi uma resposta à percepção de que a disciplina fiscal é fundamental para evitar crises futuras.

7 Capítulo 4: O que foi aprendido e reflexões para o futuro

7.1 O aprendizado

As crises econômicas enfrentadas pelo Brasil no final do século XX, deixaram marcas profundas na sociedade e importantes lições para a condução da política econômica nacional. Esses aprendizados não apenas moldaram a forma como os gestores públicos passaram a lidar com crises futuras, mas também revelaram as complexidades inerentes à relação entre o Estado e os cidadãos em momentos de instabilidade.

7.2 Credibilidade e transparência na condução econômica

Uma das lições mais evidentes está relacionada à importância da credibilidade nas ações governamentais. A decisão de confiscar poupanças, embora justificada como necessária para conter a inflação galopante, foi feita sem o devido cuidado em termos de comunicação e previsibilidade.

A surpresa e o impacto direto na vida das famílias brasileiras geraram uma quebra de confiança que repercute até os dias atuais, influenciando a percepção popular sobre políticas intervencionistas. Assim, o caso do Plano Collor demonstra que, em cenários de instabilidade, os gestores públicos precisam priorizar a transparência e garantir que as medidas sejam compreendidas pela sociedade como legítimas e adequadas ao contexto.

7.3 O valor da estabilidade econômica

Outro ponto relevante aprendido com as crises econômicas do período foi o reconhecimento do papel central da estabilidade econômica para o desenvolvimento sustentável. A hiperinflação corroía não apenas o poder de compra, mas também o planejamento financeiro de famílias e empresas, criando um ambiente de incerteza que dificultava investimentos de longo prazo.

Por outro lado, o sucesso do Plano Real, implementado em 1994, evidenciou que

estratégias baseadas em fundamentos econômicos sólidos, combinadas com a adoção gradual de mudanças estruturais, são mais eficazes para restaurar a estabilidade sem comprometer o tecido social.

7.4 A relação entre economia e política

As experiências do final do século XX também ensinaram que as esferas econômica e política são indissociáveis. O fracasso das políticas econômicas do governo Collor contribuiu diretamente para o desgaste político que culminou no impeachment do presidente em 1992. Esse episódio reforça a ideia de que políticas econômicas impopulares ou percebidas como injustas podem desestabilizar governos, especialmente em democracias recentes como a brasileira. Para evitar esse tipo de colapso, é fundamental que as decisões econômicas considerem não apenas seus impactos técnicos, mas também as consequências sociais e políticas de longo prazo.

7.5 Transformações no comportamento econômico da população

A forma como a população respondeu às crises também trouxe aprendizados importantes. O confisco das poupanças não apenas desorganizou o planejamento financeiro imediato das famílias, mas também criou um ambiente de desconfiança no sistema financeiro que levou muitos brasileiros a adotarem comportamentos econômicos mais conservadores.

A preferência por investimentos líquidos e a diversificação de ativos tornaram-se características marcantes da cultura financeira pós-Collor. Essa mudança comportamental destaca como políticas econômicas afetam não apenas variáveis macroeconômicas, mas também decisões individuais que, por sua vez, influenciam o sistema econômico como um todo.

Por fim, o aprendizado institucional foi uma das heranças mais positivas desse período. A implementação bem-sucedida do Plano Real demonstrou que o Brasil soube tirar lições dos erros do passado, principalmente ao priorizar o controle da inflação sem adotar medidas abruptas ou desprovidas de respaldo técnico.

As experiências acumuladas desde então têm ajudado o país a enfrentar desafios econômicos com maior resiliência, ainda que as memórias das falhas passadas sirvam como alerta constante para os riscos de decisões mal planejadas ou mal comunicadas.

Dessa forma, as crises do final do século XX deixaram um legado que vai além dos prejuízos econômicos e sociais. Elas representaram um ponto de inflexão para a formulação de políticas públicas e para a construção de uma relação mais madura entre o Estado e a sociedade brasileira.

As lições aprendidas continuam a orientar debates sobre a condução da economia nacional, reforçando a necessidade de equilíbrio entre técnica, transparência e sensibilidade social.

8 Referências bibliográficas

Referências Bibliográfica

ANDRADA, Alexandre F. S.. Quem, afinal, apoiou o Plano Collor? Revista de Economia Política, vol. 38, nº 4 (153), outubro-dezembro, 2018. Pp. 781-799

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. Nova Economia. Belo Horizonte, 16 (1), janeiro-abril de 2006. Pp. 101-134

CONTI, Mário Sérgio. Notícias do Planalto: A Imprensa e o poder nos anos Collor. Companhia Das Letras, 1999.

MACIEL, David. O Governo Collor e o Neoliberalismo no Brasil (1990-1992). Revista UFG, dezembro de 2011, ano XIII nº 11. Pp. 98-108

NASCIMENTO, Rangel Silvando da Silva do. A Política Econômica Externa do Governo Collor: Liberalização Comercial e Financeira. 20 p.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, L. B. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90. In: GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A. (Org.). Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005b. p. 142-165.

KREIN, J. D. As mudanças institucionais e as relações de trabalho no Brasil após o Plano Real. Campinas, 2001.

MODENESI, A. M. Regimes monetários: teoria e a experiência do Real. Barueri (SP): Manole, 2005.

NETTO, C. R. DE S.; CURADO, M. L.. Produtividade do trabalho, salários reais e desemprego na indústria de transformação do Brasil na década de 1990: teoria e evidência. Revista de Economia Contemporânea, v. 9, n. 3, p. 485-508, set. 2005.

ALMEIDA, E. S. (1999) "Mudança institucional e estrutural na economia brasileira do início dos anos 90". Revista Análise Econômica, ano 17, n. 31, São Paulo.

BONELLI, R., FONSECA, R. (1998) "Produtividade, salários e emprego na indústria brasileira: uma avaliação da evolução recente". Notas sobre o mercado de

trabalho, n. 3.

CAMARGO, J. M., NERI, M., REIS, M. C. (1999) "Emprego e produtividade no Brasil na década de noventa". Textos para discussão n. 405. Rio de Janeiro: IPEA.

Simonsen, Mario Henrique. "Aspectos técnicos do Plano Collor. " Revista Brasileira de Economia 45 (1991): 113-128.

BAER, M. 1993. O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

HWANGBO, Gabriela Mi Jin. A história do Plano Real. JusBrasil, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-historia-do-plano-real/456090374>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CARDOSO, Fernando Henrique; HELWEGE, Ann. Economic stabilization in Latin America: Politics and policy. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. Finanças públicas: Teoria e prática no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022. HARRIS, Ellie G. "Antitakeover Measures, Golden Parachutes and Target Firm Shareholder Welfare." Journal of Financial Economics, 1990.

MARTONE, Celso. Inflação e estabilização no Brasil: Reflexões e experiências. São Paulo: Editora 34, 1998. REIS, Eustáquio. As políticas econômicas no Brasil dos anos 1990. Brasília: IPEA, 2000.

BLANCHFLOWER, David; BRYSON, Alex. The Economic Impacts of Fiscal Policy Rules. Economic Journal, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor: Séries históricas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Efeitos de políticas econômicas na desigualdade social. Brasília: IPEA, 2023.